



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS  
GABINETE

PORTARIA Nº 413 /2006-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 28424565/2006 – 10.155, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica outorgado a **RIO PRESERV LTDA.**, com sede , município de Cocalzinho de Goiás, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ nº 05.371.466/0001-17, por **06(seis)** anos o uso das águas da **Vertente do Córrego Paulista**, no trecho localizado na , no município de **Águas Lindas de Goiás**, Estado de Goiás, para derivação durante **1.200 (mil e duzentas) horas por ano**, de até **4,0 l/s (quatro litros por segundo)**, para uso em indústria de beneficiamento de areia e cascalho de rocha.

**Parágrafo Único** - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano** para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

**Art. 2º** - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

**Art. 3º** - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo GEÓLOGO **JOSÉ ALFREDO GUIMARÃES DE SÁ, CREA-GO Nº 1412/D**, o qual torna-se Responsável Técnico, perante o Governo do Estado de Goiás.

- Art. 4º** - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:
- I - Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
  - II - Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
  - III – Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
  - IV - Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer **Licenciamento Ambiental**;

**Art. 5º** - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

**C U M P R A - S E:**

DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 12 dias do mês de junho de 2006.

  
**HARLEN INÁCIO DOS SANTOS**  
Superintendente de Recursos Hídricos

  
**JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO**  
Secretário